

Ameaça à recuperação

Redução de empregos com carteira e renda estagnada freiam consumo e travam crescimento do PIB

DAIANE COSTA

O número de trabalhadores com carteira assinada no país atingiu o menor patamar desde 2012. Somou apenas 32,9 milhões de pessoas no primeiro trimestre deste ano, uma perda de quatro milhões de postos formais desde o início de 2014. A renda não cresce há um ano, e a totalidade da população empregada voltou a cair depois de três trimestres de alta. Segundo analistas, os dados, divulgados ontem pelo IBGE, podem representar uma trava à recuperação da economia, principalmente pelo enfraquecimento do potencial de consumo da população, motor do crescimento. O Brasil ainda tem 13,7 milhões de pessoas buscando emprego e uma taxa de 13,1% no primeiro trimestre. Enquanto o emprego com carteira assinada foi reduzido em quatro milhões de postos, o sem carteira (contando os que estão na informalidade no setor privado, o trabalhador por conta própria e as empregadas domésticas) cresceu em dois milhões.

O trabalhador informal ou conta própria, no entanto, costuma ser mais reticente na hora de tomar empréstimos ou voltar a consumir. Só para se ter uma ideia, a média

salarial de um empregado formal é de R\$ 2.074 e a do sem carteira, de R\$ 1.231. — O diferencial do emprego com e sem carteira não está no valor do salário nominal que existe entre esses dois mercados, mas no fato de somente o primeiro credenciar o consumidor a tomar crédito. E hoje temos uma parcela considerável de trabalhadores sem condições de parcelar a compra, o que faz com que ele adie esse consumo, prejudicando uma retomada mais consistente da atividade. Uma compra de TV que poderia ser feita agora vai ficar só para daqui a dez, 12 meses, até esse trabalhador juntar o dinheiro necessário — exemplifica Luis Otávio Leal, economista-chefe do Banco ABC.

JUROS E INFLAÇÃO BAIXOS SEM EFEITO NO CONSUMO

Segundo economistas, o desemprego minimizou os efeitos positivos que os juros baixos — a taxa básica Selic está em sua mínima histórica, 6,5% ao ano — e a queda da inflação poderiam ter sobre o consumo. A redução do emprego com carteira e o aumento da informalidade explicam, em parte, a estagnação da renda média, que não cresce há um ano. No primeiro trimestre deste ano, foi estimada em R\$ 2.169. A última mudança significativa nesse valor, segundo o IBGE, ocorreu no primeiro trimestre

do ano passado, quando foi registrada alta de 1,4%. — Os empregos informais pagam menos do que os formais, mas também temos a inflação perto dos 2% do ano passado limitando os reajustes salariais. Em 2017, as negociações se deram a partir de uma indexação muito mais alta, pois a inflação cresceu quase 7% em 2016 — explica Thiago Xavier, economista da Tendências.

Com menos pessoas empregadas e com salários menores, a massa de rendimentos — que representa a soma da renda do trabalho de todos os ocupados e o que há disponível para o consumo — também estabilizou em R\$ 191,5 bilhões nos primeiros três meses de 2018. — Um ano depois do início da retomada já era para o desemprego estar caindo de forma mais consistente e o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) estar com resultados melhores. O quadro geral está melhorando, mas esperávamos uma recuperação mais rápida e mais consistente — avalia Artur Passos, economista do Itaú, referindo-se à taxa de desemprego do primeiro trimestre ter ficado em 13,1%, enquanto o mercado esperava 12,9%. A taxa é inferior à registrada no mesmo período do ano passado, quando ficou em 13,7%, mas avançou frente aos 11,8% registrados no últimos três meses de 2017.





Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimentos do IBGE, explica que essa alta é sazonal e já era esperada devido às dispensas dos trabalhadores temporários que ocorrem tradicionalmente no começo do ano. — Preocupa o fato de ainda não termos recuperado sequer uma vaga formal, pois temos quatro milhões a menos de pessoas empregadas no mercado formal em relação ao período pré-crise — destacou Azeredo.

PROJEÇÕES PARA O PIB NO TRIMESTRE CAEM À METADE

O desemprego alto, junto com os desempenhos aquém do esperado da indústria e do comércio e as dificuldades de recuperação da construção civil e dos serviços, neste início de 2018, foram as razões que levaram o mercado a reduzir as projeções à metade para o crescimento do PIB neste primeiro trimestre. Estavam entre 0,9% e 0,8% e caíram para entre 0,4% e

0,5%. Os dados divulgados ontem reforçaram também o viés de baixa para o PIB fechado do ano nas estimativas dos bancos Itaú e ABC e da Tendências, que hoje giram entre 2,8% e 3%.

— É curioso como na economia temos efeitos que se retroalimentam. Eu acho que a população ocupada perdeu esse dinamismo de crescimento porque a atividade econômica também perdeu força. A atividade mais fraca reduz a capacidade de contratação de trabalhadores, ao passo que o desemprego, se mantendo alto, reduz a capacidade de crescimento da atividade, porque as pessoas consomem menos — avalia Xavier. A maior parte das projeções para a taxa média de desemprego no ano estão na casa dos 12%. Mas, se as estimativas para o PIB forem revisadas para baixo, as do desemprego devem aumentar, sinalizam os economistas.

Análise - Alta não é só sazonal

Taxa de desemprego também reflete perda de vigor da atividade econômica

JOSÉ PAULO KUPFER

Mesmo com suas peculiaridades estatísticas e sazonais, que determinam defasagens entre a realidade do mercado de trabalho e seus resultados, a taxa de desemprego, calculada pelo IBGE em base móvel trimestral, é uma espécie de prova dos nove da atividade econômica. Afinal, no mercado de trabalho, não se contrata sem a necessidade de adicionar mão de obra à produção ou aos serviços, nem se demite pessoal quando existe procura — ou perspectivas de procura — pelo bem ou serviço oferecido. A taxa de desemprego, no primeiro trimestre de 2018, subiu para 13,1%, vindo de 11,8% no trimestre anterior, acima da mediana das projeções, situada em 12,9%. O resultado mostra avanço sobre a situação um ano atrás, mas aponta piora no cotejo com o quadro existente no último trimestre de 2017. São agora 13,7 milhões de desempregados,

queda de 3,4% em relação ao total existente entre janeiro e março de 2017.

A alta do desemprego no início de 2018, em relação ao final de 2017, indica perda de vigor da atividade econômica e significa impulso adicional na direção de um crescimento em 2018 inferior ao antes previsto. Além de mostrar que a procura de trabalhadores por empresas e governos tem arrefecido, a taxa de desemprego desenha um cenário de atividade econômica mais fraca à frente. Se, como revelam os números da pesquisa do IBGE, o ritmo de avanço da população ocupada vem caindo desde o terceiro trimestre de 2017, afetando, negativamente, inclusive a trajetória dos salários reais, o consumo das famílias, item de maior peso na composição do PIB pela ótica da demanda, tende também a recuar.

AVANÇO DO DESALENTO

Com base nesse raciocínio, depois da divulgação, ontem, da Pnad Contínua referente ao trimestre encerrado em março, os analistas de conjuntura destacaram a perspectiva

de que suas projeções para o crescimento em 2018 passem por revisões baixistas. A constatação de que a absorção de mão de obra continua se dando em grande proporção no mercado de trabalho informal, naturalmente mais instável e inseguro, reforça essa tendência. É certo que parte do resultado negativo do primeiro trimestre de 2018 se deve a ajustes sazonais.

No começo do ano, o mercado de trabalho costuma devolver à desocupação contingentes temporariamente absorvidos para fazer frente ao aquecimento da produção e das vendas por ocasião do Natal. Quando a atividade está em expansão mais vigorosa, parcela desse contingente permanece ocupada no começo ano. Mas esse não parece ser o caso desta vez, já que a taxa de participação — medida que relaciona a população economicamente ativa (PEA) com a população em idade ativa (PIA) — está caindo. Ou seja, houve, no trimestre, aumento do desalento, com menos desempregados se sentindo estimulados a procurar ocupação.

Educação é chave para futuro do trabalhador

Brasil adota novas tecnologias rapidamente, diz especialista

LUIS LIMA

SÃO PAULO - O Brasil é um país que incorpora novas tecnologias com rapidez, sobretudo em setores como o agronegócio e o eletrônico. Mas, por ter metade de sua força de trabalho atuando informalmente, precisa investir no treinamento de grande parcela da população para habilitá-la a lidar com atividades mais tecnológicas, que exigem trabalhadores mais "adaptáveis e flexíveis". E o caminho para essa transformação é investir na educação primária e secundária. A avaliação é de Thomas Philbeck, diretor do Departamento de Ciência e Estudos em Tecnologia do Fórum Econômico Mundial.

— Existe a estimativa de que o Brasil terá um futuro próspero porque abraça essas tecnologias, então, existe muito otimismo fundamentado e correto com relação ao país — afirmou ele em sua apresentação no seminário "Como será o trabalho do futuro à luz das novas tecnologias", promovido pela FecomercioSP, ressaltando haver "uma grande oportunidade no Brasil". Philbeck também listou alguns desafios à frente: — A pergunta principal é: como fazemos a transição para otimizar o uso de novas tecnologias? Como levamos as pessoas de um emprego para outro, não para maximizar os benefícios de um determinado grupo, mas distribuí-los de forma correta, diminuindo a

desigualdade?

CENTRO
TRANSFORMAÇÃO

Novas tecnologias, como a inteligência artificial e a robótica, segundo Philbeck, destruirão empregos nos próximos anos. Mas, ressaltou, criarão outros, e essa transformação deve necessariamente ter como foco as pessoas. — As pessoas são o centro dessa transformação. Se estivermos criando um sistema econômico que abre uma dicotomia do progresso social, não vai dar certo. Se tomarmos o humano como meio e não como fim dessa revolução, teremos um problema sério — afirmou o diretor do Fórum. A condução adequada desse processo, segundo Philbeck, é resultado da coordenação entre indivíduos, empresas e governo.

Os primeiros devem buscar atualizar constantemente suas habilidades, em sintonia com as novas demandas do mercado de trabalho. As empresas, e seus executivos, precisam ter visão, treinar e dar espaço a esses novos profissionais. E os governos devem prover recursos para educar e ampliar o debate democrático sobre novas habilidades e profissões. O economista e professor da USP José Pastore, especialista em relações do trabalho, chamou a atenção para alguns "efeitos colaterais" da atual revolução tecnológica, como a invasão da privacidade, o aumento da desigualdade e a destruição de empregos. Ele alertou que as mudanças institucionais devem ser

rápidas e bem feitas, pois, quando demoram, já não há mais tempo de serem eficazes.

TRABALHAR COM A
TECNOLOGIA

Com relação à apresentação de Philbeck, Pastore destacou a revolução cultural proposta pelo diretor do Fórum: — É interessante, como sugere Philbeck, pensar em como traçar políticas, organizar instituições e desenvolver ações para minimizar os efeitos disruptivos e predatórios que muitas vezes ocorrem quando tecnologias entram no mercado de trabalho abruptamente. Estudo recente da consultoria McKinsey, citado por Pastore, mostra que a automação vai impactar a carreira de 15,7 milhões de brasileiros até 2030. No mundo, a expectativa é que até 800 milhões de pessoas sejam afetadas.

Philbeck também apresentou um quadro com algumas profissões que devem ser extintas nos próximos anos, como as de caixa de banco, gerente de empréstimos e analista de crédito. Ele ressaltou que não será um percurso fácil, e pondera que não é otimista nem pessimista. — O que importa é a forma como trabalhamos, junto com as tecnologias, para criar e influenciar instituições. As lideranças devem assumir responsabilidades perante o povo que representam — afirmou Philbeck. — Devemos nos concentrar no desenvolvimento de habilidades funcionais que permitam a flexibilidade e a adaptabilidade do trabalhador.